

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 26 de fevereiro de 2025 às 08h28*  
*Seleção de Notícias*

## Folha de S. Paulo | BR

Pirataria

**Controle no uso de 'medicamentos para emagrecer' questão de saúde pública . . . . . 3**

TENDÊNCIAS/DEBATES

## O Globo Online | BR

25 de fevereiro de 2025 | Direitos Autorais

**Kate Bush e outros artistas lançam 'álbum mudo' contra legislação sobre inteligência artificial no Reino Unido . . . . . 5**

O GLOBO

## IstoÉ Online | BR

25 de fevereiro de 2025 | Pirataria

**LaLiga, responsável pelo Campeonato Espanhol, faz parceria para combater pirataria no Brasil 6**

# Controle no uso de 'medicamentos para emagrecer' questão de saúde pública

TENDÊNCIAS/DEBATES

Thamires Pandolfi Capello

A popularidade crescente de medicamentos como Ozempic, Wegovy e Mounjaro, pertencentes à classe dos análogos do GLP-1 (que agem de forma semelhante ao hormônio natural), trouxe à tona uma discussão importante: o uso adequado e controlado desses fármacos. Registrados no Brasil para tratar diabetes tipo 2 e obesidade, esses medicamentos têm sido frequentemente usados para fins estéticos, muitas vezes sem a devida prescrição médica. Esse comportamento não apenas coloca a saúde das pessoas em risco, mas também dificulta o acesso para quem realmente precisa, além de abrir espaço para problemas como **falsificação** e venda ilegal. Embora a legislação atual exija receita médica para a compra desses medicamentos, a prática demonstra outra realidade: é possível adquiri-los em farmácias e drogarias sem apresentar qualquer prescrição. Esse acesso facilitado contribui para o uso indiscriminado e os potenciais danos à saúde.

Preocupada com esses riscos, a **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**) realizou uma análise detalhada sobre o impacto e os efeitos adversos desses medicamentos no Brasil. Como resultado, propôs uma medida para reforçar o controle: exigir a retenção da receita médica no momento da compra. Essa proposta, que manteria os medicamentos na classificação de tarja vermelha, mas com retenção de prescrição nas farmácias, ainda aguarda aprovação pela Diretoria Colegiada da **Anvisa** após ser retirada de pauta, apesar de sua urgência e fundamentação técnica.

Os números destacam a gravidade da situação. Em 2024, a venda de medicamentos como Ozempic ultrapassou 3 milhões de unidades, gerando uma receita de mais de R\$ 4 bilhões quando unido aos medicamentos da mesma classe. Porém, esse au-

mento nas vendas veio acompanhado de um crescimento preocupante nos relatos de efeitos adversos, como pancreatite, que ocorre no Brasil em uma taxa mais que o dobro da média global (5,9% contra 2,4%). Além disso, 32% dos eventos adversos relatados estão ligados ao uso desses medicamentos fora das indicações aprovadas, segundo a gerente de farmacovigilância da **Anvisa**, Flávia Neves Alves.

A proposta da agência visa conter o uso irracional desses medicamentos e proteger os pacientes de efeitos colaterais graves. A medida é apoiada por entidades como a Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (Abeso) e o Conselho Federal de Medicina.

O aumento nas vendas veio acompanhado de um crescimento preocupante nos relatos de efeitos adversos, como pancreatite. (...) O controle mais rigoroso, como a retenção de receita, é um passo inicial, mas não o único necessário.

No entanto, enfrenta resistência da indústria farmacêutica, que critica a falta de consulta pública antes da publicação da nova resolução, além do entendimento de que a retenção da receita não é uma solução para o problema. Ainda assim, é importante enfatizar que a **Anvisa** possui respaldo legal para adotar normas de urgência quando a saúde pública está em risco.

O atraso na implementação de uma regulamentação mais rígida é preocupante, pois prolonga a exposição da população a riscos evitáveis. A venda indiscriminada de medicamentos de tarja vermelha, no geral, é um problema estrutural que também exige atenção. No caso dos análogos do GLP-1, o apelo estético, aliado à promessa de emagrecimento rápido, intensifica o uso inadequado.

Continuação: Controle no uso de 'medicamentos para emagrecer' questão de saúde pública

O controle mais rigoroso, como a retenção de receita, é um passo inicial, mas não o único necessário. É fundamental que farmácias, vigilâncias sanitárias e profissionais de saúde trabalhem juntos para educar a população sobre os riscos da automedicação e promover o uso responsável desses medicamentos.

no enfrentamento do uso inadequado de medicamentos no Brasil. Proteger a saúde pública requer decisões firmes e rápidas, e a regulamentação mais rígida na restrição das vendas deve ser vista não como uma barreira ao acesso, mas como uma garantia de segurança para todos.

A iniciativa da **Anvisa** marca um avanço importante

## Kate Bush e outros artistas lançam 'álbum mudo' contra legislação sobre inteligência artificial no Reino Unido



"Na música do futuro, nossas vozes não serão ouvidas?", questionou a cantora

Kate Bush, Annie Lennox e Damon Albarn, entre outros artistas, lançaram um álbum silencioso nesta terça-feira (25) contra a legislação que versa sobre inteligência artificial e **direitos** autorais no Reino Unido.

Batizado de "Is this what we want" ("isso é o que nós queremos?", em português), o disco inclui gravações de estúdios e espaços de atuação vazios, como forma de protesto contra as alterações propostas à legislação britânica em relação aos direitos de autor no domínio da inteligência artificial (IA), que, segundo eles, legalizarão o roubo de música.

O álbum contém 12 faixas com mais de mil artistas creditados como coautores. "Na música do futuro, nossas vozes não serão ouvidas?", questionou Kate Bush. Tori Amos, Billy Ocean, The Clash e o compositor vencedor do Oscar Hans Zimmer também aparecem entre os coautores.

Nomes como Paul McCartney, Elton John, Ed Sheeran, Dua Lipa e Sting, além dos escritores Kazuo Ishiguro, Michael Morpurgo e Helen Fielding, assinaram um manifesto coletivo enviado ao jornal

The Times com uma série de reivindicações sobre o tema.

"A proposta do governo entregaria o trabalho de toda a vida dos músicos do país para as empresas de IA, de graça", afirmou o produtor Ed Newton-Rex, um dos signatários.

O escritor norte-americano Scott Turow criticou o que chamou de "atitude arrogante do governo britânico", que, segundo ele, propôs "permitir que as grandes empresas de tecnologia raspem todos os nossos livros e reembalem as nossas palavras como 'conteúdo original'". "Em vez de tentar impedir isso, o governo britânico quer dar-lhes um passe livre. Isso será catastrófico, não só para os escritores do Reino Unido, mas de todo o mundo", escreveu Turow no jornal "Daily Mail".

## LaLiga, responsável pelo Campeonato Espanhol, faz parceria para combater pirataria no Brasil

A Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA) e a Liga de Futebol Profissional da Espanha (LaLiga), organizadora do Campeonato Espanhol, firmaram uma parceria para combater a **pirataria** audiovisual no Brasil, um país estratégico para a entidade devido ao grande interesse pelo futebol espanhol.

As contribuições de LaLiga serão direcionadas para bloquear conteúdos ilegais, desativando domínios piratas que transmitem as partidas e apoiar o governo brasileiro na desarticulação de plataformas de **pirataria** digital, além de oferecer colaboração tecnológica por meio de implementação de ferramentas avançadas que identificam e eliminam transmissões ilegais.

O Núcleo Antifraude da ABTA e LaLiga trabalharão juntamente a órgãos como Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) a fim de fortalecer o ecossistema de combate à fraude audiovisual no país. "O apoio de uma organização de alcance mundial como LaLiga é uma importante contribuição à nossa missão de manter um ecossistema audiovisual seguro e sustentável", afirmou Oscar Simões, presidente da ABTA.

"O combate à fraude audiovisual está no DNA de LaLiga. Desenvolvemos há anos soluções inovadoras para a proteção de nossos conteúdos e colaboramos com organismos internacionais para erradicar esse tipo de fraude", explicou Guillermo Rodríguez, Diretor de Operações Antifraude Digital e Audiovisual de LaLiga.

A ação da associação espanhola está ligada ao crescimento do acesso ilegal a conteúdos esportivos no Brasil. Segundo um estudo da Ampere, de 2023, 67% dos consumidores brasileiros admitiram ter utilizado plataformas ilícitas pelo menos uma vez por mês para assistir a partidas esportivas ao vivo. Além de gerar perdas milionárias para os detentores de direitos de transmissão, a **pirataria** audiovisual foi responsável por um prejuízo estimado de quase R\$ 52 bilhões à economia do país nos últimos cinco anos.

"O Brasil é uma prioridade nessa luta. LaLiga continua apostando em uma estratégia global que combina **inovação** tecnológica, parcerias estratégicas e pressão regulatória para garantir a proteção de seu produto audiovisual em todos os mercados onde atua", comentou Guillermo Rodríguez.

## Índice remissivo de assuntos

**Pirataria**

3, 6

**Direitos Autorais**

5